



## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 1811/2026

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo grupo motor gerador, destinados a atender a Rede de Saúde do Município de Mata de São João/BA.

**DATA DA LICITAÇÃO:** 20 de março de 2026

**LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** até 20 de março de 2026 às 08h59min.

**INÍCIO DA SESSÃO:** 09h:00min.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**BASE LEGAL:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**PARTICIPAÇÃO:** AMPLA

**UNIDADE SOLICITANTE:** SESAU – Secretaria de Saúde

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (1 LOTE)

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:** 12 (DOZE) MESES

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$** O valor estimado deste contrato corresponde a R\$ 12.039,00 (doze mil e trinta e nove reais), referente à prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, valor este que constitui o objeto principal da disputa no certame licitatório.

Além do valor acima, a CONTRATANTE fixa o montante máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado exclusivamente à aquisição de peças, sob demanda, para reposição em decorrência de manutenção corretiva, sendo tal valor fixo, não recorrente e não sujeito à disputa, uma vez que não integra a formação de preços objeto da competição entre os licitantes.

### **1. PREÂMBULO**

**1.1.** A Prefeitura Municipal de Mata de São João, por meio do Fundo Municipal de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço por lote**, formado por itens, por meio do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no item 1.1, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**1.3.** Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.1.

### **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

**2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

### **3. OBJETO**

**3.1.** Constitui o **objeto** da presente licitação a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo grupo motor gerador, destinados a atender a Rede de Saúde do Município de Mata de São João/BA.

**3.2.** No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por: THAIS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**4.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.1.** empresas em regime de sub-contratação ou, ainda, em consórcio, observando, para tanto, a disposição do art. 122, §3º da Lei 14.133/2021.

**4.6.2.** empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

**4.6.3.** empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**4.6.4.** empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura de Mata de São João e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

**4.6.5.** empresas estrangeiras que não funcionem no País;

**4.6.6.** empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

**4.6.7.** Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

**4.6.8.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.9.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.10.** pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.11.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.6.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.** As microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu art. 3º.

**4.7.1** A comprovação de que trata o subitem 4.7, quanto à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através desse documento:

- a) Certidão simplificada da junta comercial.

## 5. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET

**5.1.** Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

**5.1.1.** Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**5.1.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

**5.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por: THAYSSA RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





**5.2.** O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Mata de São João/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**5.2.1.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

**5.6.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

**5.8.** A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Mata de São João/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.9.** Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.10.** Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

**5.11.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

**5.12.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**5.13.** O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

**5.13.1.** O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

**5.14.** O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO

**6.1.** Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo I deste Edital.

**6.1.1.** A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

**6.2.** Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de **outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021**:

**6.2.1.** o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

**6.2.2.** a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

**6.2.3.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.2.4.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.2.5.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





**6.3.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**6.7.** Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

**6.7.1.** informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

**6.7.1.1.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

**6.7.2.** evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

**6.8.** A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

**6.8.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**6.8.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

**6.8.3.** o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o indicado pelo Pregoeiro no sistema Licitanet.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, portanto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

**7.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.10.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.10.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.10.4.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





**7.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.15.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.16.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.16.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.16.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.16.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.16.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.17.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.17.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.17.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.17.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.17.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.18.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.18.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.18.2.** empresas brasileiras;

**7.18.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.18.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.19.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.20.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.20.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.







7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

## 8. DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a **proposta final** escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema**, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1. o conteúdo da **Proposta de Preços Escrita** deverá dispor:

- a) Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais;
- b) apresentar a marca/modelo do produto ofertado, quando couber, constar no campo.
- c) A proposta de preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- d) A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- e) A proposta de preços deverá conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os respectivos produtos ser disponibilizados à Prefeitura Municipal de Mata de São João sem quaisquer ônus adicionais.
- f) A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.
- g) **A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:**

1. **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;

2. **DECLARAÇÃO**, em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa, **que os serviços atendem todas as exigências do Edital relativas à especificação e características, inclusive técnicas**;

3. **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;

4. **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;

5. **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;

6. **DECLARAÇÃO**, sob as penas da Lei, de que **inexistem quaisquer fatos impeditivos da sua habilitação**;

7. **DECLARAÇÃO** de que **não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº. 9.854/99).**

8. **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Mata de São João.**

8.2.1.1. Apresentar juntamente a sua proposta de preço uma planilha de todos os custos envolvendo o referido serviço, conforme modelo de tabela abaixo:

Descrição	PERCENTUAL
SERVIÇOS/ MÃO DE OBRA	
MATERIAIS DE CONSUMO/ INSUMOS	
EQUIPAMENTOS	
FRETE	
TRIBUTOS	
OUTROS *	
PERCENTUAL TOTAL	100%



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





--	--

**8.2.1.2.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

**8.3.** O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.3.1.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**8.3.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Será **desclassificada** a proposta que:

**8.4.1.** conter vícios insanáveis;

**8.4.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no edital;

**8.4.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.4.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.4.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.5.** Para a aquisição de bens é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

**8.6.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.7.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.8.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes conforme disposições do Item 9.

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**9.1.1.** O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

**9.1.2.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, **no prazo de até 02 (duas) horas subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

**9.1.3.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.

**9.1.4.** Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de **90 (noventa) dias após sua emissão.**

**9.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**9.2.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

**9.2.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

**9.2.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.2.4.** A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.





**9.2.5.** A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

**9.3.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

**9.4.** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

**9.4.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

**9.4.2.** A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação e a adoção dos procedimentos especificados no subitem 13 deste edital.

**9.5.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

**9.6.** Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 9.2:

**9.6.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**9.6.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

**9.6.3.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**9.6.4.** A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

**9.6.5.** A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

**9.6.6.** O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

**9.6.7.** O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

**9.7.** Dos documentos que compõem a habilitação:

**9.7.1. Habilitação Jurídica:**

- a) registro comercial no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidados, em vigor devidamente registrado no Órgão Competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País;
- e) Apresentação de documentação do representante legal (documento de identificação, com foto) com poderes específicos para assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**9.7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).
- f) Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal Nº 123/06.

**9.7.3. Da Qualificação Técnica:**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68







- a) Comprovação através da apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação;
- b) A licitante deverá apresentar Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Órgão equivalente de vinculação da atividade que se pretende executar os serviços.
- c) A empresa deverá apresentar **Declaração** informando que possui em seu quadro permanente profissional de nível técnico ou superior, com formação em **Engenharia Mecânica ou Engenharia Elétrica, ou ainda Técnicos em Eletrônica ou Mecânico** de área dos equipamentos da presente licitação, o qual deverá apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia –CREA para a prestação dos serviços.
- d) O (s) profissional (eis) deverá (ao) pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços através de **comprovação da disponibilidade do profissional mediante** Instrumento Contratual **regido pela legislação civil comum**, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação. cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- e) O (s) profissional(eis) deve (m) ser detentores de atestados de capacidade técnica de execução dos serviços com características pertinentes e compatíveis e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado do respectivo Acervo Profissional e desde que se refira ao objeto da presente licitação com finalidades administrativas e funcionais. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente.
- f) No decorrer da execução do Instrumento Contratual, se houver necessidade de substituição do (s) profissional (is) indicado (s) pela Empresa CONTRATADA, esta deverá apresentar documentação comprobatória de experiência equivalente ou superior do (s) profissional (is) indicado (s), bem como, declaração individual autorizando sua inclusão como responsável (eis) técnico (s) e que irá (ão) participar na execução dos trabalhos objeto do Instrumento Contratual, submetendo-se a aprovação da Administração.
- g) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa licitante ou do profissional indicado pela licitante expedido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Órgão equivalente que, comprove ter o licitante prestado serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da licitação em voga.
  - a) **Declaração** formal, assinada pelo representante legal da empresa licitante, atestando que possui todos os equipamentos, ferramentas, instrumentos e insumos necessários à execução dos serviços.
  - b) **Declaração** da licitante assegurando garantia mínima para os serviços executados e para as peças substituídas, conforme prazos previstos no edital.
  - c) **Declaração** de que a empresa dispõe de equipe técnica e estrutura operacional apta a realizar atendimento corretivo emergencial dentro do prazo máximo definido no edital.

#### 9.7.4. Da Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, **vedada** a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a.1) Quando da apresentação de balanço patrimonial físico na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial.

a.2) Quando da apresentação de balanço patrimonial digital na forma da lei, a comprovação da Qualificação Econômico Financeira deve ser da seguinte forma:

- Balanço patrimonial dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**;
- Demonstração de Resultado dos Exercícios;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

**9.7.4.1.** Os Itens acima indicados não se aplicam ao MEI - Micro Empreendedor Individual, logo dispensados de tais requisitos, conforme o disposto na Lei nº 10.406/2002, arts. 970 e 1.179, §2º, que assegura tratamento favorecido ao mesmo.

**9.7.4.2.** A empresa licitante que ainda não tenha completa do seu primeiro ano de exercício fiscal, terá sua capacidade econômico financeira comprovada por meio da apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.





- 9.7.4.3.** Os documentos referidos item 9.7.4 "a" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.7.5.** Apresentar **Certidão de concordata e falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.
- 9.7.6.** Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 9.7.6.1.** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 9.7.6.2. Para o caso de empresas em recuperação judicial:** Ter ciência de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 9.7.6.3. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estar ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 9.7.7.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, emitido até 90 (noventa) dias antes da data da licitação, **substitui** os documentos indicados nos subitens 9.7.1 ("a" à "d") à 9.7.2 "a".
- 9.7.8.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante), devidamente atualizado, substituirá o Atestado solicitado no subitem 9.7.3, caso o objeto da licitação esteja contemplado nos Códigos das Famílias de Materiais ou Serviços para os quais a empresa está apta a fornecer.
- 9.7.9. Na apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (do Estado da Sede da Licitante) em substituição ao subitem 9.7.3, poderá ser solicitado documentos complementares para verificação da similaridade do objeto da licitação com o atestado.**
- 9.10.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1) Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:**

- 1.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- 1.2.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## 10. DOS RECURSOS

**10.1.** Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

**10.1.1.** recurso hierárquico em face de:

1. julgamento das propostas;
2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
3. anulação ou revogação da licitação;
4. extinção do contrato (caso firmado), quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**10.1.2.** pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**10.2.** Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

**10.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

**10.2.1.1.** A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

**10.2.2.** As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

**10.2.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

**10.2.4.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**10.3.** Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**10.4.** A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**10.5.** O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail [recursosduvidaspmsj@gmail.com](mailto:recursosduvidaspmsj@gmail.com), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**10.5.1.** A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**10.6.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.7.** O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

**10.8.** Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. PREÇO, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**12.1.** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

**12.2.** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**12.3.** As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei nº. 1015/2025:

FOLHA DE INFORMAÇÃO							
Processo Administrativo n.º1811/2026							
Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor de R\$42.039,00, de acordo com as demonstrações a seguir:							
➤ Lei nº1015/2025:							
U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESAU 10.01 FMS	10	302	004	2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.3.90.30 3.3.90.39	500
		305		2044	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		

**12.4.** O pagamento será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a liquidação realizada pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS/PMSJ, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor;

**12.5.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

**12.6.** Poderá ser descontada do valor pago à CONTRATADA a quantia referente à eventual penalidade contratual aplicada;

**12.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento inicia-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**12.8.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em Razão do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ: 11.144.137/0001-36) e deverá constar informações referente ao Recurso que fará face a despesa.

**12.8.1.** No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





**12.8.1.1. No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.**

**12.8.1.2. A não apresentação das comprovações acima assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.**

**12.8.1.3.** Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

**12.8.1.4.** A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

**12.8.1.5.** Para liquidação, a nota fiscal deve ser composta por:

- a) Dados do contratado;
- b) Dados da contratante;
- c) Valores referente as Retenções Tributárias.
- d) Quanto a situação tributária, a nota fiscal deverá ser acompanhada pelos equivalentes instrumento de cobrança munido de suas comprovações quanto a sua situação fiscal, conforme art. 68 da Lei 14.133/2021. Sedo constatado pendências/irregularidade, a contratada terá um prazo de 05 (dias) úteis, para sua regularização.

### 13. ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

**13.1.** Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h.

**13.2.** Qualquer intervenção a ser realizada aos sábados, domingos, feriados ou fora do expediente regular dependerá de autorização prévia e formal do fiscal do contrato.

**13.3.** A manutenção preventiva será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço específica para cada grupo motor-gerador.

**13.4.** O prazo para elaboração e apresentação dos orçamentos de manutenção preventiva e corretiva não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.

**13.5.** Os orçamentos deverão discriminar, de forma clara e detalhada, a quantidade de cada serviço a ser executado, com seus respectivos valores unitários e totais, bem como o valor das peças que necessitem de reposição, abrangendo tanto os custos de materiais quanto de serviços.

**13.6.** Nos casos em que houver interrupção no fornecimento de energia elétrica para atendimento das demandas do Hospital, decorrente de falha em qualquer item objeto deste instrumento, o prazo máximo para atendimento e solução do problema será de 04 (quatro) horas, contadas conforme disposto na alínea "e". Nos demais casos, em que a falha não implique interrupção no fornecimento de energia elétrica, será concedido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para verificação, diagnóstico e solução das falhas apresentadas, com as devidas reposições, quando necessárias.

**13.7.** Os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço devidamente autorizada pela CONTRATANTE, salvo quando, de forma justificada e mediante autorização expressa, a CONTRATANTE permitir a prorrogação dos prazos.

**13.8.** A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, solicitar sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar exclusivamente os serviços expressamente aprovados

**13.9.** Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem acréscimo de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato à CONTRATANTE, atualizar o respectivo orçamento e submetê-lo à prévia aprovação

#### 13.10. Os serviços, de que trata o presente Edital, serão recebidos:

**a)** provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;

**b)** definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

▪ O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

### 14. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

**14.1.** Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

**14.1.1.** Caso seja necessário o **ajuste da proposta de preços**, a licitante Vencedora deverá atender a **variação de percentual** do valor proposto e vencedor em conformidade sua **Proposta Inicial**, observando tal variação também em relação aos **valores unitários propostos**.

**14.1.2.** Prestar os serviços, rigorosamente, nas especificações constantes no **Anexo I**, parte integrante e indissociável deste Edital;

**14.1.3.** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação;

**14.1.4.** Não transferir, totalmente o objeto desta licitação;

**14.1.5.** Comunicar à Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

**14.1.6.** Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, isentando a PMMSJ de qualquer responsabilidade;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





**14.1.7.** Manter-se, durante toda a execução do Instrumento Contratual oriundo desta Licitação, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, de acordo com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.1.8.** Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da suspensão dos serviços, salvo, na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da(s) CONTRATADA (S), desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados à PMMSJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência;

**14.1.9.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**14.1.10.** Responsabilizar-se por todo o ônus referente à prestação dos serviços e locação dos produtos;

**14.1.11.** Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à prestação dos serviços e locação dos produtos, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s).

**14.1.12.** A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.

#### **14.1.13. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

##### **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

- Entende-se por manutenção preventiva o conjunto de ações técnicas realizadas com o objetivo de reduzir ou evitar falhas nos grupos motor-geradores, garantindo seu pleno funcionamento e prolongando sua vida útil.
- A manutenção preventiva consistirá na execução de 01 (uma) visita mensal a todos os grupos motor-geradores relacionados abaixo, a ser realizada por profissional técnico especializado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOCAL	LOCALIZAÇÃO	MARCA	MODELO
1	GERADOR HOSPITAL	Rua Maurílio Moreira, S/N Centro, Mata de São João/BA	STEMAC	WEG: 6CTAA8.3G 2
2	GERADOR VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Rua Santos Dumont, S/N Centro, Mata de São João/BA	TOYAMA	TD7000SGE3DATS

- Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h. Qualquer intervenção a ser realizada aos sábados, domingos, feriados ou fora do expediente regular dependerá de autorização prévia e formal do fiscal do contrato.
- A manutenção preventiva será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço específica para cada grupo motor-gerador.
- A empresa contratada, na condição de especialista na área, deverá realizar a substituição de peças com desgaste natural que possam comprometer a segurança, eficiência ou desempenho operacional dos equipamentos, mediante apresentação de relatório técnico ao fiscal e posterior aprovação.
- Em cada atendimento, a empresa deverá emitir Relatório de Manutenção Preventiva, contendo a descrição detalhada dos serviços executados, bem como a relação de peças, materiais e insumos utilizados. O correto preenchimento e assinatura deste documento constituirão comprovação formal da execução dos serviços.

##### **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

- Entende-se por manutenção corretiva o conjunto de ações destinadas a reparar defeitos ou falhas apresentadas pelos grupos motor-geradores, garantindo o restabelecimento pleno de seu funcionamento.
- Os serviços de manutenção corretiva poderão ser solicitados 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo. A execução dos serviços deverá iniciar-se em até 4 (quatro) horas contadas a partir da Solicitação/Chamado de Manutenção Corretiva.
- A empresa contratada deverá disponibilizar telefone celular, telefone fixo e e-mail de contato de seu preposto, garantindo prontidão contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana), para que as solicitações de manutenção corretiva possam ser realizadas por qualquer desses meios.
- A manutenção corretiva será formalizada mediante Ordem de Serviço de Manutenção. Caso seja necessária intervenção corretiva em situações de falta de energia, programada ou não, o início dos serviços deverá igualmente ocorrer em até 4 (quatro) horas após a solicitação, podendo esta ser feita por telefone.
- A empresa somente realizará reparos em oficina quando esta medida se mostrar estritamente necessária, por motivos técnicos, para garantir o pleno funcionamento do(s) grupo(s) gerador(es), ou quando o conserto em campo não oferecer garantia adequada de operação segura e eficiente. Nesses casos, deverá ser apresentado relatório técnico ao fiscal do contrato, que deverá aprovar previamente a execução.
- Em cada atendimento, a empresa deverá registrar em Relatório de Manutenção Corretiva a descrição detalhada dos serviços realizados, bem como a relação de peças, materiais e insumos utilizados. O correto preenchimento e assinatura deste documento constituirão comprovação formal da execução dos serviços.

##### **SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS**

A CONTRATADA somente poderá realizar a substituição de peças e insumos quando houver comprovada necessidade técnica devidamente justificada em relatório técnico circunstanciado, assinado pelo Responsável Técnico legalmente habilitado, e mediante prévia autorização formal da CONTRATANTE, por intermédio do Gestor do Contrato.

A CONTRATANTE estabelecerá o limite financeiro **máximo estimado de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, valor fixo, não recorrente e não sujeito à disputa, destinado exclusivamente à aquisição e substituição de peças, sob demanda, em decorrência de necessidades corretivas dos equipamentos.

O valor destinado às peças constitui reserva técnica contratual, destinada a garantir a economicidade, continuidade dos serviços



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por: THAÍS ROMÃO GUEDES SOARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68







adequação aos preços praticados no mercado, não integrando o objeto principal da disputa.

O referido valor possui caráter estimativo, não constituindo compromisso de consumo integral nem gerando direito adquirido à CONTRATADA, ficando o pagamento condicionado à solicitação, fornecimento, entrega, aceitação e atesto das peças pelo fiscal do contrato.

A execução de fornecimentos que impliquem extrapolação do limite financeiro estabelecido somente poderá ocorrer mediante prévia formalização de Termo Aditivo, devidamente motivado, observado o interesse público, a disponibilidade orçamentária, a vantajosidade da contratação e os limites previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

É vedado o pagamento antecipado, bem como qualquer forma de remuneração desvinculada da efetiva entrega das peças, devendo cada fornecimento ser precedido de ordem de fornecimento e acompanhado da respectiva nota fiscal e documentos correlatos.

Qualquer alteração do limite financeiro destinado à substituição de peças, seja para acréscimo ou supressão, deverá ser formalmente formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de justificativa técnica e administrativa, sendo vedadas alterações por ordem de serviço, autorização verbal ou instrumento equivalente.

A substituição de insumos deverá observar rigorosamente as recomendações do fabricante, bem como as normas técnicas vigentes e aplicáveis.

A substituição de peças deverá ser realizada exclusivamente com peças originais, novas (de primeiro uso), não reconcondicionadas, recomendadas pelo fabricante e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de peças usadas, reconcondicionadas ou de procedência diversa.

Nenhuma substituição de peças ou insumos poderá ser realizada sem autorização prévia da CONTRATANTE, ainda que caracterizada situação de urgência, ressalvadas hipóteses excepcionais devidamente justificadas e formalmente autorizadas.

As peças substituídas deverão ser obrigatoriamente devolvidas à CONTRATANTE no ato da conclusão dos serviços, acompanhadas de relatório técnico detalhado contendo a identificação das peças substituídas, a motivação da substituição e a descrição dos serviços executados.

Poderão ser incluídas a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais unidades assistenciais que venham a ser incorporadas ao escopo contratual, mediante aditamento formal, desde que observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária, a vantajosidade e o reequilíbrio econômico-financeiro quando aplicável.

## DA EXECUÇÃO

a. O prazo para elaboração e apresentação dos orçamentos de manutenção preventiva e corretiva não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.

b. Os orçamentos deverão discriminar, de forma clara e detalhada, a quantidade de cada serviço a ser executado, com seus respectivos valores unitários e totais, bem como o valor das peças que necessitem de reposição, abrangendo tanto os custos de materiais quanto de serviços.

c. Nos casos em que houver interrupção no fornecimento de energia elétrica para atendimento das demandas do Hospital, decorrente de falha em qualquer item objeto deste instrumento, o prazo máximo para atendimento e solução do problema será de 04 (quatro) horas, contadas conforme disposto na alínea "e".

d. Nos demais casos, em que a falha não implique interrupção no fornecimento de energia elétrica, será concedido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para verificação, diagnóstico e solução das falhas apresentadas, com as devidas reposições, quando necessárias.

e. Os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço devidamente autorizada pela CONTRATANTE, salvo quando, de forma justificada e mediante autorização expressa, a CONTRATANTE permitir a prorrogação dos prazos.

f. A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, solicitar sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar exclusivamente os serviços expressamente aprovados. Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem acréscimo de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato à CONTRATANTE, atualizar o respectivo orçamento e submetê-lo à prévia aprovação.

g. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar Responsável Técnico legalmente habilitado, para análise conjunta com o preposto da CONTRATANTE, visando à aprovação prévia dos serviços a serem executados, bem como da relação de peças a serem substituídas.

h. Todos os demais serviços que se tornarem necessários à plena operacionalidade, segurança e funcionamento do grupo motor-gerador, ainda que não expressamente descritos neste instrumento, deverão ser executados pela CONTRATADA, sem necessidade de nova contratação, desde que relacionados ao objeto contratual e previamente autorizados pela CONTRATANTE.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à contratada, além das responsabilidades previstas neste instrumento, cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores, incluindo, mas não se limitando, às seguintes obrigações:

- a. **Execução do objeto:**  
Realizar os serviços contratados de acordo com a proposta apresentada, normas legais e regulamentares, assumindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações, sem qualquer ônus ao Fundo Municipal de Saúde, observando rigorosamente os padrões de qualidade e critérios técnicos estabelecidos para os serviços, conforme art. 6º, art. 7º e art. 78 da Lei 14.133/2021.
- b. **Alteração de quadro de profissionais:**  
Comunicar previamente à contratante qualquer alteração no quadro de profissionais responsáveis pela execução do objeto, em atendimento ao art. 66, §1º da Lei 14.133/2021.
- c. **Nomeação de preposto:** Indicar preposto para representá-la durante a execução dos serviços, em conformidade com o art. 80 da Lei 14.133/2021.
- d. **Disponibilidade para atendimento:**  
Estar disponível para discutir casos e demandas sempre que necessário, por meio de telefone, teleconferência ou excepcionalmente, presencialmente, conforme solicitado pelo Hospital Municipal Dr. Eurico Goulart de Freitas – HEF, em observância aos princípios da boa execução contratual (arts. 5º e 6º da Lei 14.133/2021).
- e. **Acompanhamento da contratante:**  
Permitir que a contratante acompanhe a execução dos serviços, garantindo transparência e conformidade com o contrato, conforme art. 116 da Lei 14.133/2021.
- f. **Peças e insumos:**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





Utilizar somente peças e insumos novos, de primeiro uso, não reconicionados, compatíveis com os fabricantes originais dos equipamentos ou equivalentes que ofereçam garantia igual à das peças originais, em atendimento às normas técnicas vigentes e art. 117 da Lei 14.133/2021.

g. **Cumprimento do contrato:**

Executar os serviços com esmero, perfeição e dentro do prazo estabelecido, comunicando imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, qualquer irregularidade ou dificuldade que possa impedir a execução adequada dos serviços, em conformidade com os arts. 113 e 117 da Lei 14.133/2021.

h. **Vistoria e aceitação dos serviços:**

Após a execução, a contratante designará preposto para vistoriar os equipamentos. Caso haja rejeição dos serviços executados, a contratada deverá corrigir imediatamente todas as irregularidades, sem qualquer ônus adicional para a contratante. Em caso de defeito ou mau funcionamento de peças, materiais ou acessórios, a contratada deverá providenciar substituição ou reparo imediato, garantindo a plena funcionalidade dos equipamentos, em conformidade com os arts. 118 e 119 da Lei 14.133/2021.

**Dos Relatórios técnicos:**

Ao término de cada manutenção preventiva ou corretiva, a contratada deverá fornecer relatório detalhado, contendo:

- Defeito identificado;
- Peças substituídas;
- Medidas adotadas para correção;
- Causas prováveis;
- Indicação de uso indevido pelo operador, se constatado;
- Local e data do atendimento;
- Nome do técnico responsável;
- Situação do equipamento após a manutenção;
- Certificado de calibração, quando aplicável.

i. **Correção de vícios ou defeitos:**

A contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer serviço ou material que apresente vícios, defeitos ou incorreções, garantindo total conformidade com o termo de referência, proposta contratual e art. 133 da Lei 14.133/2021.

j. **Recebimento provisório e definitivo:**

O recebimento provisório dos serviços e materiais será realizado pelo responsável pela fiscalização do contrato em até 8 (oito) dias para posterior verificação da conformidade.

O recebimento definitivo será efetuado em até 2 (dois) dias contados do último dia do recebimento provisório, após confirmação da qualidade dos serviços e materiais fornecidos, mediante termo circunstanciado, em conformidade com os arts. 118 e 119 da Lei 14.133/2021.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes de execução inadequada do contrato.

Quando não forem identificadas falhas durante a fiscalização, os termos de recebimento provisório e definitivo poderão ser lavrados simultaneamente.

l. **Execução conforme especificações:**

Realizar os serviços conforme este Termo de Referência e proposta apresentada, com alocação de profissionais e fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, garantindo qualidade e eficiência na execução, em conformidade com arts. 6º, 7º e 113 da Lei 14.133/2021.

m. **Estrutura mínima durante férias coletivas:**

A concessão de férias coletivas não exime a contratada da obrigação de manter estrutura mínima de pessoal para atendimento das demandas da contratante, conforme princípios da continuidade dos serviços públicos previstos na Lei 14.133/2021.

**A Contratada obrigar-se-à:**

a. **Habilitação e capacitação:**

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas legais e regulamentares vigentes, conforme arts. 6º, 7º e 113 da Lei nº 14.133/2021.

b. **Uniforme e identificação:**

Apresentar os empregados uniformizados e identificados por meio de crachá, fornecendo, quando necessário, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

c. **Relação nominal de empregados:**

Apresentar à contratante, sempre que solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão às instalações da contratante para execução dos serviços.

d. **Instrução quanto às normas:**

- Orientar os empregados sobre a necessidade de cumprir as normas internas da Administração Pública Municipal;
- Instruir os empregados sobre as atividades previstas no contrato, alertando-os a não executar tarefas fora do escopo contratado;
- Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência de desvio de função ou execução indevida de atividade.

e. **Comunicação de irregularidades:**

Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada durante a execução dos serviços.

f. **Proibição do trabalho infantil:**

- Não permitir a utilização de trabalho de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- Não permitir a utilização de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, conforme legislação vigente.

g. **Manutenção de habilitação e qualificação:**

Manter durante toda a vigência do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

h. **Sigilo:**

Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respeitando normas da Administração Pública e legislação vigente.

i. **Ônus por dimensionamento incorreto:**





Arcar com os custos decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente não seja suficiente para atender ao objeto do contrato, exceto em situações de caso fortuito ou força maior, conforme disposto no §1º do art. 57 da Lei nº 14.133/2021.

#### DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- a. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- b. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- c. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- e. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado extinguir, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- f. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- g. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- h. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- i. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- j. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- k. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- l. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- m. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- n. Cumprir o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme o Art. 115.

#### ANEXO I

##### DOS EQUIPAMENTOS / LOCALIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOCAL	LOCALIZAÇÃO	MARCA	MODELO
1	GERADOR HOSPITAL	Rua Maurílio Moreira, S/N Centro, Mata de São João/BA	STEMAC	WEG: 6CTAA8.3G 2
2	GERADOR VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	Rua Santos Dumont, S/N Centro, Mata de São João/BA	TOYAMA	TD7000SGE3DATS

- a) A contratação inicialmente atenderá ao quantitativo de equipamentos constantes na tabela acima, os quais deverão ser objeto da execução contratual nas condições estabelecidas neste Termo.
- b) Durante a vigência do contrato poderá haver a inclusão de novos equipamentos que venham a ser adquiridos pela CONTRATANTE, respeitadas as especificações técnicas e as condições de garantia do fabricante, bem como a exclusão ou substituição daqueles originalmente relacionados, quando necessário ao interesse público, sem que disso decorra direito à readequação automática dos valores contratados, salvo quando caracterizada alteração de quantitativos que enseje recomposição econômico-financeira, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) A CONTRATANTE poderá, ainda, ampliar a cobertura contratual para atender equipamentos instalados em outras unidades de saúde que venham a ser inauguradas ou incorporadas à rede municipal durante a execução contratual, desde que tecnicamente motivado, vantajoso para a Administração e precedido da formalização de Termo Aditivo, quando couber, com a respectiva adequação do valor contratual dentro dos limites legais.
- d) A eventual extensão a novas unidades de saúde não constitui direito adquirido da CONTRATADA, dependendo sempre de manifestação expressa da autoridade competente, disponibilidade orçamentária e interesse público devidamente justificado.

#### LISTAGEM DE PEÇAS

1. Filtro de motor
2. Correia do alternador
3. Bomba d'água
4. Tensor da correia
5. Carregador de Bateria
6. Resistência de pré-aquecimento
7. Sensor de temperatura
8. Sensor de pressão do óleo
9. Avr ou regulador eletrônico de tensão
10. Mangueiras
11. Bicos injetores
12. Bomba injetora
13. Colmeia



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





14. Radiador completo
15. Atuador
16. Regulador de velocidade
17. Controlador/módulo eletrônico em rampa
18. Contadores de força
19. Motor de partida
20. Silencioso e Tubo da descarga e tubo flexível

## 15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

**15.1.** O fornecimento do objeto da presente licitação será formalizado, mediante Termo de Instrumento Contratual, a ser assinado pelas partes, cuja minuta encontra-se no Anexo III.

**15.2.** O Instrumento Contratual, decorrente da presente licitação, a ser assinado com o licitante Vencedor terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.1. A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia/vigência.**

**15.3.** Os quantitativos do Instrumento Contratual a ser celebrado poderão ser alterados, observando-se os limites previstos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

**15.4.** O licitante Vencedor terá o prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Mata de São João, para assinar o Instrumento Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**15.4.1.** Para que ocorra a assinatura do Instrumento Contratual em conformidade com o determinado na legislação específica, o licitante Vencedor deverá apresentar os documentos, abaixo relacionados devidamente vigentes:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

**15.4.2. A não manutenção das condições de habilitação** consignadas neste Edital, **que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões**, a fim de obter as mais atualizadas, **à época da assinatura do Instrumento Contratual**, implicará **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, facultando à Administração **chamar a próxima licitante melhor classificada**, para a **assinatura do Instrumento Contratual**, ou **revogar a licitação**, sem prejuízo da multa prevista e das demais cominações legais.

**15.5.** A Prefeitura de Mata de São João providenciará por sua conta, a publicação do extrato do Instrumento Contratual celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, não podendo ultrapassar o 5º dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

**15.6.** Será responsável pela fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

Gestor do Contrato  
Servidor: Nailane Nascimento Barbosa,  
Cargo: Subcoordenadora de Suprimentos.  
Matrícula: 6343

Gestor suplente  
Servidor: Daniela Barbosa dos Santos  
Cargo: Subcoordenadora de Controle de Matrículas e Gêneros  
Matrícula: 22406

Fiscal  
Servidor: Ademi dos Santos Mimo  
Cargo: Subcoordenador de Manutenção  
Matrícula: 6563

Fiscal Suplente  
Servidor: Raphael Luna Lima,  
Cargo: Gerente Administrativo da Secretaria de Saúde  
Matrícula: 7003.

### 15.6.1. Competência da fiscalização:

- e) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas a execução do contrato, determinando as providências necessárias correção das falhas ou defeitos observados;
- f) Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- g) Dar imediata ciência ao gestor contratual e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos convênios, dos incidentes e ocorrência da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual.
- h) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA  
Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





- i) Promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação;
- j) Esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- k) Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- l) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.
- m) A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.
- n) O Contratante ordenará a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarcar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha.
- o) A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em co-responsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do Instrumento Contratual, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do Instrumento Contratual.
- p) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- q) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- r) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**15.7.** O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

**15.8.** A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92

**15.9.** O contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, para fins de acréscimos ou supressões quantitativas, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que devidamente justificados, mantidas as condições contratuais originalmente pactuadas.

## 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**16.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**16.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

**16.1.3.** não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**16.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o Instrumento Contratual, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**16.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**16.1.5.** fraudar a licitação.

**16.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**16.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**16.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**16.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**16.2.1. advertência;**

**16.2.2. multa;**

**16.2.3. impedimento de licitar e contratar e**

**16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**







**16.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**16.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**16.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**16.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**16.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do instrumento contratual firmado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Instrumento Contratual lícitado.

**16.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Instrumento Contratual lícitado.

**16.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**16.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**16.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 72 (setenta e duas) horas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**16.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.13.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.14.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**16.15.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);





II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total;

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega, execução do objeto do contrato ou na recusa e/ou esgotamento do prazo estimado para assinatura de recebimento das Ordens de Fornecimento, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;

c) 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) ARC dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## 17. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**17.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>

**17.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

**17.3.** Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**17.4.** A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**18.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**18.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**18.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**18.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





**18.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**18.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**18.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**18.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial desta prefeitura.

**18.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**18.11.1.** ANEXO I – Planilha de Referência

**18.11.2.** ANEXO II – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta

**18.11.3.** ANEXO III – Minuta de Instrumento Contratual

Mata de São João, 06 de março de 2026.

**THAIS RODRIGUES SOARES**  
Coordenadora de Processos Licitatórios



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





## ANEXO I

## PLANILHA DE REFERENCIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo grupo motor gerador, destinados a atender a Rede de Saúde do Município de Mata de São João/BA.

LOTE ÚNICO					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				VALOR DE REFERENCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO	U.F	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.1	SERVIÇOS DE VISITAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO <b>GRUPO MOTOR GERADOR</b> DO HOSPITAL EURICO GOULART DE FREITAS STEMAC / WEG/ GTA MOTOR CUMMINS 6CTAA8.3G POTÊNCIA 260/232 KVA, FREQUÊNCIA 90HZ ROTAÇÃO 1800RPM	SERVIÇO	1	R\$ 729,64	R\$ 8.755,68
1.2	SERVIÇOS DE VISITAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO <b>GRUPO MOTOR GERADOR</b> DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA. TYAMA/TD7000SGE3DATS POTÊNCIA 6,0KV, FREQUÊNCIA 60HZ	SERVIÇO	1	R\$ 273,61	R\$ 3.283,32
TOTAL DO LOTE - DOZE MIL E TRINTA E NOVE REAIS					R\$ 12.039,00

PLANILHA ESTIMATIVA – FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS (NÃO DISPUTÁVEL)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE		VALOR TOTAL ESTIMADO
2.1	FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEÇAS ORIGINAIS PARA EQUIPAMENTOS DO TIPO GRUPO MOTOR GERADOR, CONFORME NECESSIDADE IDENTIFICADA DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.	GLOBAL	1		R\$ 30.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL RESERVADO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS: TRINTA MIL REAIS.					

PROPONENTE:  
 DADOS DA PROPONENTE:  
 Nome:  
 Razão Social:  
 Endereço Completo  
 Telefone/ fax/e-mail:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68



**ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA****(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM O CNPJ E ENDEREÇO)****À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo grupo motor gerador, destinados a atender a Rede de Saúde do Município de Mata de São João/BA.

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, Estabelecida na \_\_\_\_\_, para o fornecimento do bem relacionado no Anexo I, pelo preço total de R\$.\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

1- Os valores unitários e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$).

2- O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento das propostas.

3- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregar todos os itens no prazo estipulado no Edital.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo

Telefone/ fax/e-mail:

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68

**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





## ANEXO III

## MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº \_\_\_\_/2026

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS

A **Prefeitura de Mata de São João**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.805.528/0001-80, com sede na Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Centro, Mata de São João - Bahia, por meio do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 11.144.137/0001-36 representado por sua Gestora e Secretária de Saúde, **Sra. Tatiane Rebouças da Cruz Machado**, CPF nº. 000.339.835-85 doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_/0001-\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Edifício \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, através de seu \_\_\_\_\_, portador de cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, denominando-se a partir de agora, simplesmente, CONTRATADA; na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo-assinadas firmam o presente Instrumento Contratual, decorrente da homologação da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS**, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_; **Processo Administrativo nº 1811/2026**, sujeitando-se os contratantes à 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 714/2023, de 31 de outubro de 2023 (quando couber), Decreto Municipal n. 257 de 25 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº. 454/2024 de 05 de julho de 2024, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas pelo Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS**, seus anexos e às seguintes cláusulas contratuais abaixo descritas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos do tipo grupo motor gerador, destinados a atender a Rede de Saúde do Município de Mata de São João/BA.

**Parágrafo Único:** O processo, normas, instruções, edital, seus anexos, assim como também Instrumento Contratual e a proposta da **CONTRATADA** constantes na licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026 - FMS**, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independente de transcrições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

**13.10.** O Instrumento Contratual, terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por interesse das partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**13.10.1.** A divulgação do Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua a eficácia/vigência.

**13.11.** Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h.

**13.12.** Qualquer intervenção a ser realizada aos sábados, domingos, feriados ou fora do expediente regular dependerá de autorização prévia e formal do fiscal do contrato.

**13.13.** A manutenção preventiva será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço específica para cada grupo motor-gerador.

**13.14.** O prazo para elaboração e apresentação dos orçamentos de manutenção preventiva e corretiva não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.

**13.15.** Os orçamentos deverão discriminar, de forma clara e detalhada, a quantidade de cada serviço a ser executado, com seus respectivos valores unitários e totais, bem como o valor das peças que necessitem de reposição, abrangendo tanto os custos de materiais quanto de serviços.

**13.16.** Nos casos em que houver interrupção no fornecimento de energia elétrica para atendimento das demandas do Hospital, decorrente de falha em qualquer item objeto deste instrumento, o prazo máximo para atendimento e solução do problema será de 04 (quatro) horas, contadas conforme disposto na alínea "e". Nos demais casos, em que a falha não implique interrupção no fornecimento de energia elétrica, será concedido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para verificação, diagnóstico e solução das falhas apresentadas, com as devidas reposições, quando necessárias.

**13.17.** Os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço devidamente autorizada pela CONTRATANTE, salvo quando, de forma justificada e mediante autorização expressa, a CONTRATANTE permitir prorrogação dos prazos.

**13.18.** A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, solicitar sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar exclusivamente os serviços expressamente aprovados

**13.19.** Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem acréscimo de serviços, peças acessórias, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato à CONTRATANTE, atualizar o respectivo orçamento e submetê-lo à prévia aprovação

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE FORNECIMENTO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**3.1.** O presente Instrumento Contratual subordina-se ao **regime de fornecimento de entrega parcial**, conforme Ordem de Serviço a ser emitida por esta Administração, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

A - Da **CONTRATADA**:

A- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual;



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAÍS RODRIGUES SOUSA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





- B- Manter durante toda a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- C- Apresentar durante a execução do Instrumento Contratual, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- D- Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do Instrumento Contratual, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- E- Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Instrumento Contratual;
  - a) Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará ao **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento
- F- Comunicar, por escrito, ao **CONTRATANTE** qualquer dificuldade eventual que inviabilize as locações, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;
- G- **Endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes** \_\_\_\_\_
- H- **Dispensa-se comunicação mediante correspondência física. Assim a empresa CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido através de declaração solicitada no edital que originou o presente instrumento**
- I- **A CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela Administração e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à Administração.
- J- **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

### MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- g. Entende-se por manutenção preventiva o conjunto de ações técnicas realizadas com o objetivo de reduzir ou evitar falhas nos grupos motor-geradores, garantindo seu pleno funcionamento e prolongando sua vida útil.
- h. A manutenção preventiva consistirá na execução de 01 (uma) visita mensal a todos os grupos motor-geradores relacionados abaixo, a ser realizada por profissional técnico especializado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOCAL	LOCALIZAÇÃO	MARCA	MODELO
1	GERADOR HOSPITAL	Rua Maurílio Moreira, S/N Centro, Mata de São João/BA	STEMAC	WEG: 6CTAA8.3G 2
2	GERADOR VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	Rua Santos Dumont, S/N Centro, Mata de São João/BA	TOYAMA	TD7000SGE3DATS

- i. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h. Qualquer intervenção a ser realizada aos sábados, domingos, feriados ou fora do expediente regular dependerá de autorização prévia e formal do fiscal do contrato.
- j. A manutenção preventiva será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço específica para cada grupo motor-gerador.
- k. A empresa contratada, na condição de especialista na área, deverá realizar a substituição de peças com desgaste natural que possam comprometer a segurança, eficiência ou desempenho operacional dos equipamentos, mediante apresentação de relatório técnico ao fiscal e posterior aprovação.
- l. Em cada atendimento, a empresa deverá emitir Relatório de Manutenção Preventiva, contendo a descrição detalhada dos serviços executados, bem como a relação de peças, materiais e insumos utilizados. O correto preenchimento e assinatura deste documento constituirão comprovação formal da execução dos serviços.

### MANUTENÇÃO CORRETIVA

- g. Entende-se por manutenção corretiva o conjunto de ações destinadas a reparar defeitos ou falhas apresentadas pelos grupos motor-geradores, garantindo o restabelecimento pleno de seu funcionamento.
- h. Os serviços de manutenção corretiva poderão ser solicitados 24 horas por dia, de segunda-feira a domingo. A execução dos serviços deverá iniciar-se em até 4 (quatro) horas contadas a partir da Solicitação/Chamado de Manutenção Corretiva.
- i. A empresa contratada deverá disponibilizar telefone celular, telefone fixo e e-mail de contato de seu preposto, garantindo prontidão contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana), para que as solicitações de manutenção corretiva possam ser realizadas por qualquer desses meios.
- j. A manutenção corretiva será formalizada mediante Ordem de Serviço de Manutenção. Caso seja necessária intervenção corretiva em situações de falta de energia, programada ou não, o início dos serviços deverá igualmente ocorrer em até 4 (quatro) horas após a solicitação, podendo esta ser feita por telefone.
- k. A empresa somente realizará reparos em oficina quando esta medida se mostrar estritamente necessária, por motivos técnicos, para garantir o pleno funcionamento do(s) grupo(s) gerador(es), ou quando o conserto em campo não oferecer garantia adequada de operação segura e eficiente. Nesses casos, deverá ser apresentado relatório técnico ao fiscal do contrato, que deverá aprovar previamente a execução.
- l. Em cada atendimento, a empresa deverá registrar em Relatório de Manutenção Corretiva a descrição detalhada dos serviços realizados, bem como a relação de peças, materiais e insumos utilizados. O correto preenchimento e assinatura deste documento constituirão comprovação formal da execução dos serviços.

### SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS

A CONTRATADA somente poderá realizar a substituição de peças e insumos quando houver comprovada necessidade técnica devidamente justificada em relatório técnico circunstanciado, assinado pelo Responsável Técnico legalmente habilitado, e mediante prévia



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





autorização formal da CONTRATANTE, por intermédio do Gestor do Contrato.

A CONTRATANTE estabelecerá o limite financeiro **máximo estimado de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, valor fixo, não recorrente e não sujeito à disputa, destinado exclusivamente à aquisição e substituição de peças, sob demanda, em decorrência de necessidades corretivas dos equipamentos.

O valor destinado às peças constitui reserva técnica contratual, destinada a garantir a economicidade, continuidade dos serviços e adequação aos preços praticados no mercado, não integrando o objeto principal da disputa.

O referido valor possui caráter estimativo, não constituindo compromisso de consumo integral nem gerando direito adquirido à CONTRATADA, ficando o pagamento condicionado à solicitação, fornecimento, entrega, aceitação e atesto das peças pelo fiscal do contrato.

A execução de fornecimentos que impliquem extrapolação do limite financeiro estabelecido somente poderá ocorrer mediante prévia formalização de Termo Aditivo, devidamente motivado, observado o interesse público, a disponibilidade orçamentária, a vantajosidade da contratação e os limites previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

É vedado o pagamento antecipado, bem como qualquer forma de remuneração desvinculada da efetiva entrega das peças, devendo cada fornecimento ser precedido de ordem de fornecimento e acompanhado da respectiva nota fiscal e documentos correlatos.

Qualquer alteração do limite financeiro destinado à substituição de peças, seja para acréscimo ou supressão, deverá ser formalmente formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de justificativa técnica e administrativa, sendo vedadas alterações por ordem de serviço, autorização verbal ou instrumento equivalente.

A substituição de insumos deverá observar rigorosamente as recomendações do fabricante, bem como as normas técnicas vigentes e aplicáveis.

A substituição de peças deverá ser realizada exclusivamente com peças originais, novas (de primeiro uso), não reconcondicionadas, recomendadas pelo fabricante e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de peças usadas, reconcondicionadas ou de procedência diversa.

Nenhuma substituição de peças ou insumos poderá ser realizada sem autorização prévia da CONTRATANTE, ainda que caracterizada situação de urgência, ressalvadas hipóteses excepcionais devidamente justificadas e formalmente autorizadas.

As peças substituídas deverão ser obrigatoriamente devolvidas à CONTRATANTE no ato da conclusão dos serviços, acompanhadas de relatório técnico detalhado contendo a identificação das peças substituídas, a motivação da substituição e a descrição dos serviços executados.

Poderão ser incluídas a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e demais unidades assistenciais que venham a ser incorporadas ao escopo contratual, mediante aditamento formal, desde que observados o interesse público, a disponibilidade orçamentária, a vantajosidade e o reequilíbrio econômico-financeiro quando aplicável.

## DA EXECUÇÃO

- a. O prazo para elaboração e apresentação dos orçamentos de manutenção preventiva e corretiva não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação formal da CONTRATANTE.
- b. Os orçamentos deverão discriminar, de forma clara e detalhada, a quantidade de cada serviço a ser executado, com seus respectivos valores unitários e totais, bem como o valor das peças que necessitem de reposição, abrangendo tanto os custos de materiais quanto de serviços.
- c. Nos casos em que houver interrupção no fornecimento de energia elétrica para atendimento das demandas do Hospital, decorrente de falha em qualquer item objeto deste instrumento, o prazo máximo para atendimento e solução do problema será de 04 (quatro) horas, contadas conforme disposto na alínea "e".
- d. Nos demais casos, em que a falha não implique interrupção no fornecimento de energia elétrica, será concedido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para verificação, diagnóstico e solução das falhas apresentadas, com as devidas reposições, quando necessárias.
- e. Os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço devidamente autorizada pela CONTRATANTE, salvo quando, de forma justificada e mediante autorização expressa, a CONTRATANTE permitir a prorrogação dos prazos.
- f. A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, solicitar sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar exclusivamente os serviços expressamente aprovados. Caso, durante a execução dos serviços, sejam identificados outros defeitos que impliquem acréscimo de serviços, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato à CONTRATANTE, atualizar o respectivo orçamento e submetê-lo à prévia aprovação.
- g. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar Responsável Técnico legalmente habilitado, para análise conjunta com o preposto da CONTRATANTE, visando à aprovação prévia dos serviços a serem executados, bem como da relação de peças a serem substituídas.
- h. Todos os demais serviços que se tornarem necessários à plena operacionalidade, segurança e funcionamento do grupo motor-gerador, ainda que não expressamente descritos neste instrumento, deverão ser executados pela CONTRATADA, sem necessidade de nova contratação, desde que relacionados ao objeto contratual e previamente autorizados pela CONTRATANTE.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à contratada, além das responsabilidades previstas neste instrumento, cumprir integralmente as disposições da Lei Federal 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores, incluindo, mas não se limitando, às seguintes obrigações:

- k. **Execução do objeto:**  
Realizar os serviços contratados de acordo com a proposta apresentada, normas legais e regulamentares, assumindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações, sem qualquer ônus ao Fundo Municipal de Saúde, observando rigorosamente os padrões de qualidade e critérios técnicos estabelecidos para os serviços, conforme art. 6º, art. 7º e art. 78 da Lei 14.133/2021.
- l. **Alteração de quadro de profissionais:**  
Comunicar previamente à contratante qualquer alteração no quadro de profissionais responsáveis pela execução do objeto, em atendimento ao art. 66, §1º da Lei 14.133/2021.
- m. **Nomeação de preposto:** Indicar preposto para representá-la durante a execução dos serviços, em conformidade com o art. 80 da Lei 14.133/2021.
- n. **Disponibilidade para atendimento:**



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





Estar disponível para discutir casos e demandas sempre que necessário, por meio de telefone, teleconferência ou, excepcionalmente, presencialmente, conforme solicitado pelo Hospital Municipal Dr. Eurico Goulart de Freitas – HEF, em observância aos princípios da boa execução contratual (arts. 5º e 6º da Lei 14.133/2021).

- o. **Acompanhamento da contratante:**  
Permitir que a contratante acompanhe a execução dos serviços, garantindo transparência e conformidade com o contrato, conforme art. 116 da Lei 14.133/2021.
- p. **Peças e insumos:**  
Utilizar somente peças e insumos novos, de primeiro uso, não reconicionados, compatíveis com os fabricantes originais dos equipamentos ou equivalentes que ofereçam garantia igual à das peças originais, em atendimento às normas técnicas vigentes e art. 117 da Lei 14.133/2021.
- q. **Cumprimento do contrato:**  
Executar os serviços com esmero, perfeição e dentro do prazo estabelecido, comunicando imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, qualquer irregularidade ou dificuldade que possa impedir a execução adequada dos serviços, em conformidade com os arts. 113 e 117 da Lei 14.133/2021.
- r. **Vistoria e aceitação dos serviços:**  
Após a execução, a contratante designará preposto para vistoriar os equipamentos. Caso haja rejeição dos serviços executados, a contratada deverá corrigir imediatamente todas as irregularidades, sem qualquer ônus adicional para a contratante. Em caso de defeito ou mau funcionamento de peças, materiais ou acessórios, a contratada deverá providenciar substituição ou reparo imediato, garantindo a plena funcionalidade dos equipamentos, em conformidade com os arts. 118 e 119 da Lei 14.133/2021.

#### Dos Relatórios técnicos:

- Ao término de cada manutenção preventiva ou corretiva, a contratada deverá fornecer relatório detalhado, contendo:
  - o Defeito identificado;
  - o Peças substituídas;
  - o Medidas adotadas para correção;
  - o Causas prováveis;
  - o Indicação de uso indevido pelo operador, se constatado;
  - o Local e data do atendimento;
  - o Nome do técnico responsável;
  - o Situação do equipamento após a manutenção;
  - o Certificado de calibração, quando aplicável.
- s. **Correção de vícios ou defeitos:**  
A contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer serviço ou material que apresente vícios, defeitos ou incorreções, garantindo total conformidade com o termo de referência, proposta contratual e art. 133 da Lei 14.133/2021.
- t. **Recebimento provisório e definitivo:**  
O recebimento provisório dos serviços e materiais será realizado pelo responsável pela fiscalização do contrato em até 8 (oito) dias para posterior verificação da conformidade.  
O recebimento definitivo será efetuado em até 2 (dois) dias contados do último dia do recebimento provisório, após confirmação da qualidade dos serviços e materiais fornecidos, mediante termo circunstanciado, em conformidade com os arts. 118 e 119 da Lei 14.133/2021.  
O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por eventuais prejuízos decorrentes de execução inadequada do contrato.  
Quando não forem identificadas falhas durante a fiscalização, os termos de recebimento provisório e definitivo poderão ser lavrados simultaneamente.
- n. **Execução conforme especificações:**  
Realizar os serviços conforme este Termo de Referência e proposta apresentada, com alocação de profissionais e fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, garantindo qualidade e eficiência na execução, em conformidade com arts. 6º, 7º e 113 da Lei 14.133/2021.
- o. **Estrutura mínima durante férias coletivas:**  
A concessão de férias coletivas não exime a contratada da obrigação de manter estrutura mínima de pessoal para atendimento das demandas da contratante, conforme princípios da continuidade dos serviços públicos previstos na Lei 14.133/2021.

#### A Contratada obrigar-se-à:

- j. **Habilitação e capacitação:**  
Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas legais e regulamentares vigentes, conforme arts. 6º, 7º e 113 da Lei nº 14.133/2021.
- k. **Uniforme e identificação:**  
Apresentar os empregados uniformizados e identificados por meio de crachá, fornecendo, quando necessário, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.
- l. **Relação nominal de empregados:**  
Apresentar à contratante, sempre que solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão às instalações da contratante para execução dos serviços.
- m. **Instrução quanto às normas:**
  - o Orientar os empregados sobre a necessidade de cumprir as normas internas da Administração Pública Municipal;
  - o Instruir os empregados sobre as atividades previstas no contrato, alertando-os a não executar tarefas fora do escopo contratado;
  - o Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência de desvio de função ou execução indevida de atividades.
- n. **Comunicação de irregularidades:**  
Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada durante a execução dos serviços.
- o. **Proibição do trabalho infantil:**
  - o Não permitir a utilização de trabalho de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
  - o Não permitir a utilização de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, conforme legislação vigente.
- p. **Manutenção de habilitação e qualificação:**







Manter durante toda a vigência do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- q. **Sigilo:**  
Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respeitando normas da Administração Pública e legislação vigente.
- r. **Ônus por dimensionamento incorreto:**  
Arcar com os custos decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente não seja suficiente para atender ao objeto do contrato, exceto em situações de caso fortuito ou força maior, conforme disposto no §1º do art. 57 da Lei nº 14.133/2021.

#### DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- o. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- p. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- q. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- r. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- s. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado extinguir, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- t. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- u. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- v. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- w. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- x. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- y. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- z. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- aa. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- bb. Cumprir o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme o Art. 115.

#### ANEXO I

##### DOS EQUIPAMENTOS / LOCALIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOCAL	LOCALIZAÇÃO	MARCA	MODELO
1	GERADOR HOSPITAL	Rua Maurílio Moreira, S/N Centro, Mata de São João/BA	STEMAC	WEG: 6CTAA8.3G 2
2	GERADOR VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	Rua Santos Dumont, S/N Centro, Mata de São João/BA	TOYAMA	TD7000SGE3DATS

s) A contratação inicialmente atenderá ao quantitativo de equipamentos constantes na tabela acima, os quais deverão ser objeto da execução contratual nas condições estabelecidas neste Termo.

t) Durante a vigência do contrato poderá haver a inclusão de novos equipamentos que venham a ser adquiridos pela CONTRATANTE, respeitadas as especificações técnicas e as condições de garantia do fabricante, bem como a exclusão ou substituição daqueles originalmente relacionados, quando necessário ao interesse público, sem que disso decorra direito à readequação automática dos valores contratados, salvo quando caracterizada alteração de quantitativos que enseje recomposição econômico-financeira, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

u) A CONTRATANTE poderá, ainda, ampliar a cobertura contratual para atender equipamentos instalados em outras unidades de saúde que venham a ser inauguradas ou incorporadas à rede municipal durante a execução contratual, desde que tecnicamente motivado e vantajoso para a Administração e precedido da formalização de Termo Aditivo, quando couber, com a respectiva adequação do valor contratual dentro dos limites legais.

v) A eventual extensão a novas unidades de saúde não constitui direito adquirido da CONTRATADA, dependendo sempre de manifestação expressa da autoridade competente, disponibilidade orçamentária e interesse público devidamente justificado.

#### LISTAGEM DE PEÇAS

21. Filtro de motor
22. Correia do alternador
23. Bomba d'água
24. Tensor da correia
25. Carregador de Bateria
26. Resistência de pré-aquecimento
27. Sensor de temperatura
28. Sensor de pressão do óleo
29. Avr ou regulador eletrônico de tensão



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)







30. Mangueiras
31. Bicos injetores
32. Bomba injetora
33. Colmeia
34. Radiador completo
35. Atuador
36. Regulador de velocidade
37. Controlador/módulo eletrônico em rampa
38. Contadores de força
39. Motor de partida
40. Silencioso e Tubo da descarga e tubo flexível

#### B - do CONTRATANTE:

- Nos termos do artigo 117, Lei nº 14.133 de 2021, será (ão) designado (s) representante (s) para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - Receber, acompanhar e fiscalizar permanentemente os serviços prestados pela Contratada, zelando pelo bom andamento e qualidade dos mesmos;
  - Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada;
  - Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;
  - Informar à CONTRATADA nome e telefone do Gestor e Fiscais do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
  - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Gestor, não deve ser interrompida;
  - Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço;
  - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;
  - Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida na execução dos serviços;
  - Caberá a Contratante a responsabilidade da conexão da internet, computador completo, impressão;
  - Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Contrato deverá de imediato e por escrito, comunicar ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei Federal 14.133/2021
  - Nos termos do artigo 117, Lei nº 14.133/2021, a contratante obriga-se a designar servidor(es) ou preposto(s) para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, e determinando as medidas necessárias para regularização de falhas ou defeitos observados, incluindo a substituição de peças.
- a. Comunicação com a contratada:**  
Manter contato com a contratada, preferencialmente por escrito, ressaltando-se entendimentos verbais em situações de urgência, que deverão ser formalizados posteriormente.
- b. Fiscalização da execução:**  
Fiscalizar a execução do contrato em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo que os serviços de manutenção e reposição de peças sejam realizados conforme especificações técnicas, normas de segurança e condições do Termo de Referência.
- c. Apoio técnico e operacional:**  
Disponibilizar informações e acesso aos equipamentos necessários, garantindo que a contratada possa executar os serviços de manutenção e substituição de peças de forma eficiente e segura.  
Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do Contrato deverá de imediato e por escrito, comunicar ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei Federal 14.133/2021.

**Parágrafo Único:** É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

**a)** provisoriamente, pelo fiscal técnico e gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, respectivamente, previamente definidos no Instrumento Contratual;

**b)** definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove atendimento das exigências contratuais;

▪ O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Instrumento Contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

**4.1.** A verificação da prestação dos serviços poderá ocorrer de forma preliminar, no máximo no dia anterior à realização do evento, para verificação da conformidade do espaço para realização do encontro e demais questões ligadas a execução do objeto em questão.

**4.2.** A verificação ocorrerá de forma definitiva no dia da realização da atividade pelo CONTRATANTE, pelo responsável pela fiscalização do Instrumento Contratual, após rigorosa conferência do atendimento as especificações do edital pelo CONTRATADO.

**4.3.** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não se mostrar em conformidade com edital, será exigido a sua devida regularização no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por: THAIS RODRIGUES SOARES. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68





## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

**5.1.** A PMMSJ pagará à Contratada, a importância de R\$ \_\_ ( ), referente ao Lote \_\_\_\_\_ mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a liquidação realizada pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS/PMSJ, por meio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes da proposta e com as demais exigências administrativas em vigor;

**5.2.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa a ser contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

**5.3.** Poderá ser descontada do valor pago à CONTRATADA a quantia referente à eventual penalidade contratual aplicada;

**5.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**5.5.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em Razão do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ: 11.144.137/0001-36) e deverá constar informações referente ao Recurso que fará face a despesa.

**5.5.1.** No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**5.5.1.1.** No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**5.5.1.2.** A não apresentação das comprovações acima assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

**5.5.1.3.** Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários e trabalhista, mediante consulta "on line", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

**5.5.1.4.** A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

**5.5.1.5.** Para liquidação, a nota fiscal deve ser composta por:

- a) Dados do contratado;
- b) Dados da contratante;
- c) Valores referente as Retenções Tributárias.
- d) Quanto a situação tributária, a nota fiscal deverá ser acompanhada pelos equivalentes instrumento de cobrança munido de suas comprovações quanto a sua situação fiscal, conforme art. 68 da Lei 14.133/2021. Sedo constatado pendências/irregularidade, a contratada terá um prazo de 05 (dias) úteis, para sua regularização.

**5.6.** O valor do Instrumento Contratual oriundo poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

**5.7.** A Administração Pública responderá em até 60 (sessenta) dias o pedido de repactuação de preço ou pedido de reequilíbrio econômico, conforme incisos X e XI do art. 92

**5.8.** O valor total deste Instrumento Contratual é de \_\_\_\_\_.

**5.9.** A Ordem Bancária será emitida em nome da CONTRATADA para o Banco \_\_\_\_\_, Agência nº. \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº. \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**6.1.** As despesas decorrentes deste Instrumento Contratual correrão por conta da seguinte programação financeira, respaldada na Lei nº. 1015/2025:





### FOLHA DE INFORMAÇÃO

#### Processo Administrativo n.º1811/2026

Informamos a dotação orçamentária, solicitada no presente processo, com o valor de R\$42.039,00, de acordo com as demonstrações a seguir:

➤ Lei nº1015/2025:

U. O.	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
10.00 SESAU 10.01 FMS	10	302	004	2040	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.3.90.30 3.3.90.39	500
		305		2044	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL e DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. Este Instrumento Contratual poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsista condições para a continuidade do mesmo;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

§ 1º. Poderá a **CONTRATANTE**, por meio de comunicação escrita e fundamentada da autoridade competente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, rescindir este instrumento, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, com fulcro no art. 104 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7.2. Este Instrumento Contratual poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual;
- dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Instrumento Contratual;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Instrumento Contratual;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





**8.5.** As sanções mencionadas será calculada na forma do edital ou do Instrumento Contratual, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento Contratual licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**8.6.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações de dar causa à inexecução parcial do Instrumento Contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Instrumento Contratual; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o Instrumento Contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**8.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.8.** A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.9.** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.10.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.11.** A comissão processante mencionada no item 8.10 será formada por 2 (dois) servidores estatutários, ou de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

**8.11.1.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**8.11.2.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**8.11.3.** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**8.12.** Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

**8.13.** O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em Instrumento Contratual.

**8.14.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Instrumento Contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

**8.15.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- f) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**8.16.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.17.** Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertências, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar non prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Procuradoria Geral do Município, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.18.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contato dos autos.





**8.19.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior competente.

**8.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**8.21.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total;

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega, execução do objeto do contrato ou na recusa e/ou esgotamento do prazo estimado para assinatura de recebimento das Ordens de Fornecimento, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, quando o atraso não for superior a 1 (um) mês;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplente;
- c) 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, na recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, calculados sobre o valor correspondente da referida Ordem;

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antonio Garcez, nº 140, Centro, Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 Fax.: 3635-1293 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)

Assinado por 1 pessoa: THAIS RODRIGUES SOARES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68> e informe o código 4C3F-5E72-DED9-CD68







**9.1.** No curso da execução deste instrumento, caberá à **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos serviços disponibilizados e efetivamente entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

**1.1.1.** A fiscalização e gerenciamento do Instrumento Contratual, conforme identificação abaixo:

Gestor do Contrato  
Servidor: Nailane Nascimento Barbosa,  
Cargo: Subcoordenadora de Suprimentos.  
Matrícula: 6343

Gestor suplente  
Servidor: Daniela Barbosa dos Santos  
Cargo: Subcoordenadora de Controle de Matrículas e Gêneros  
Matrícula: 22406

Fiscal  
Servidor: Ademi dos Santos Mimo  
Cargo: Subcoordenador de Manutenção  
Matrícula: 6563

Fiscal Suplente  
Servidor: Raphael Luna Lima,  
Cargo: Gerente Administrativo da Secretaria de Saúde  
Matrícula: 7003.

#### **9.1.2. Competência da fiscalização:**

- w) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas a execução do contrato, determinando as providências necessárias a correção das falhas ou defeitos observados;
- x) Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- y) Dar imediata ciência ao gestor contratual e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrência da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual.
- z) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- aa) Promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação;
- bb) Esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- cc) Fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- dd) Solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.
- ee) A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.
- ff) O Contratante ordenará a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarcar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha.
- gg) A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em co-responsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do Instrumento Contratual, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do Instrumento Contratual.
- hh) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- ii) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- jj) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

**10.1.** Para todas as questões oriundas do presente Instrumento Contratual, será competente o foro da Comarca de Mata de São João, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento para um só efeito, após todas as assinaturas, para que produzam todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Mata de São João, mês e ano.

#### **TESTEMUNHAS:**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4C3F-5E72-DED9-CD68

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAÍS RODRIGUES SOARES (CPF 029.XXX.XXX-33) em 06/03/2026 09:04:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/4C3F-5E72-DED9-CD68>